

Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar

Samanta Vanz¹

José Edimar de Souza²

RESUMO

O estudo investiga a cultura material escolar para o ensino primário no município gaúcho de Caxias do Sul, RS, entre 1890-1930. A perspectiva teórica e metodológica sustenta-se na História Cultural, dialogando com autores como Burke (1992), Chartier (1990) e Pesavento (2014), para atribuir sentido à cultura escolar e às escolas para o desenvolvimento do ensino primário. Nesse sentido, a análise documental histórica mobilizou conceitos de culturas escolares a partir de Escolano Benito (2017). A construção do *corpus* empírico envolveu fontes documentais como as correspondências de professores, inspetores escolares e intendentes municipais, solicitações e inventários escolares, relatórios da intendência, atos e decretos, assim como jornais da época. Desse modo, identificou-se que nas escolas públicas municipais os objetos mediaram o processo de escolarização, baseados na perspectiva do projeto republicano positivista de civilização, pátria e progresso. Dentre os artefatos identificados, destaca-se o papel do mobiliário escolar nas evidências de modos de fazer e produzir uma cultura escolar. Observa-se a importância da cultura escolar como constituinte do espaço escolar e mediadora das relações entre sujeitos: alunos, professores, inspetores escolares e comunidades.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Ensino primário. Caxias do Sul/RS.

1 Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Professora do curso de Design do Centro Universitário da Serra Gaúcha. E-mail: sam_vanz@yahoo.com.br

2 Doutor em Educação com estágio de pós-doutorado na UNISINOS. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Pesquisa vinculada ao projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS - Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha-práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035. E-mail: jesouza1@ucs.br

Furniture for public schools of primary education in Caxias do Sul / RS (1890-1930): traces of school culture

ABSTRACT

The study investigates the school material culture for primary education in the city of Caxias do Sul, RS, between 1890-1930. The theoretical and methodological perspective is based on Cultural History, dialoguing with authors such as Burke (2008), Chartier (1990) and Pesavento (2014), making it possible to give meaning to the school culture attributed to schools for the development of primary education. In this sense, the historical documentary analysis mobilized concepts of School Cultures from Escolano Benito (2017). The construction of the empirical corpus involved documentary sources such as: correspondence from teachers, school inspectors and city councilors, school requests and inventories, reports from the council, acts and decrees, as well as newspapers of the time. Thus, it was identified that in municipal public schools, objects mediated the schooling process, based on the perspective of the positivist republican project of civilization, homeland and progress. Among the artifacts identified, the role of school furniture in the evidence of ways of making and producing a school culture stands out. It is observed the importance of School Culture as a constituent of the school space and mediator of the relationships between subjects: students, teachers, school inspectors and communities.

Key words: School furniture. Primary school. Caxias do Sul/RS.

Muebles para escuelas públicas de educación primaria en Caxias do Sul / RS (1890-1930): huellas de cultura escolar

RESUMEN

El estudio investiga la cultura del material escolar para la educación primaria en la ciudad de Caxias do Sul, RS, entre 1890-1930. La perspectiva teórica y metodológica se basa en la Historia Cultural, dialogando con autores como Burke (2008), Chartier (1990) y Pesavento (2014), lo que permite dar sentido a la cultura escolar atribuida a las escuelas para el desarrollo de la educación primaria. En este sentido, el análisis documental histórico movilizó conceptos de Culturas Escolares de Escolano Benito (2017). La construcción del corpus empírico involucró fuentes documentales como: correspondencia de maestros, inspectores

escolares y concejales de la ciudad, solicitudes e inventarios escolares, informes del consejo, actos y decretos, así como periódicos de la época. Así, se identificó que en las escuelas públicas municipales, los objetos median el proceso de escolarización, basado en la perspectiva del proyecto republicano positivista de civilización, patria y progreso. Entre los artefactos identificados, se destaca el papel del mobiliario escolar en la evidencia de formas de hacer y producir una cultura escolar. Se observa la importancia de la Cultura Escolar como componente del espacio escolar y mediador de las relaciones entre las asignaturas: alumnos, docentes, inspectores escolares y comunidades.

Palabras-clave: Muebles escolares. Escuela primaria. Caxias do Sul/RS.

Considerações iniciais

Ao investigar os vestígios da cultura material para constituição de uma narrativa histórica sobre a educação primária do município gaúcho de Caxias do Sul, assume-se que a materialidade presente no interior do espaço escolar configurava determinados códigos, ritos, práticas e modos de ensinar, mediando não apenas a relação entre sujeito-objeto, mas também a relação entre sujeito-sujeito. Estes vestígios possibilitam o estudo sobre os elementos de uma cultura escolar, com seus sujeitos, seus tempos, suas práticas e seus espaços, sempre considerando como pressuposto destas relações o processo de escolarização.

Utilizando a perspectiva da cultura material, é possível voltar os objetivos de investigação para as formas visíveis dos produtos humanos, para a materialidade representada por objetos escolares, pelo material didático, pelo mobiliário escolar, pelo espaço escolar, sendo que é esta materialidade que permite entender os objetos físicos e o espaço escolar como elementos importantes para compreender os processos históricos (BURKE, 1992).

A abordagem da História Cultural, conhecida em um primeiro momento como “Nova História” em contraste com a “antiga”, considera aspectos da experiência de vida e o contexto onde se construíram estas narrativas. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural se constituiu a partir da história francesa dos *Annales*, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESA-

VENTO, 2014, p.15). Nessa perspectiva, as grandes explicações e abordagens totalizantes são substituídas por problematizações *micro*, que possibilitam o estudo de particularidades. Sendo assim, a História Cultural “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17). Nesse sentido, faz-se importante articular a representação de um espaço escolar específico para o processo de escolarização com a construção de uma cultura e sua respectiva materialidade.

A cultura é aqui entendida como campo particular de “práticas/produções” que constituem um conjunto de significações que se materializam pelos diferentes enunciados e condutas. Dessa forma, investigam-se como as “práticas/produções” manifestam as apropriações culturais que foram tecidas na trajetória profissional de professores e professoras do município. Este modo singular de trabalhar o ensino numa “parte” do município designa um conjunto de significações historicamente inscritas e que se expressam de forma simbólica num “saber-fazer” capaz de perpetuar e desenvolver a cultura, a instrução e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

A análise é sempre um processo interpretativo e construído historicamente. Além disso, como argumenta Pimentel (2001), o documento representa já uma interpretação de fatos elaborados por seu autor, e, portanto, não devem ser encarados como uma descrição objetiva e neutra desses fatos. Pela análise documental, buscou-se identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída a partir do entrecruzamento de aspectos que emergiram na construção dos diferentes documentos (atos, atas, decretos).

Ao aprofundar o estudo da materialidade escolar, é possível encontrar fontes que colaboram para a investigação das práticas culturais escolares, se considerarmos os objetos e espaços como seu reflexo visível: o legado das escolas reflete a cultura empírica deste local, assim como a tradição corporativa e os discursos teóricos e normativos projetados pela prática do ofício de ensinar. Como reflexo visível da cultura escolar, os objetos escolares tornam-se os representantes materiais das mudanças epistemológicas e sociais relacionadas ao contexto escolar e são considerados fontes para a formação do conhecimento das dimensões práticas

do passado da escola, de uma identidade que representa a interação dos sujeitos que vivenciaram aquela cultura. (ESCOLANO BENITO, 2007).

Para Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012), a materialidade tem o poder de educar e estabelecer valores, posturas e sentimentos de pertença. Nesta perspectiva, como os vestígios da materialidade escolar, mais especificamente o mobiliário, podem ajudar na construção de uma narrativa histórica acerca da escolarização no município de Caxias do Sul?

Para auxiliar a responder esta questão, torna-se fundamental a aproximação entre a cultura escolar com as práticas e as representações que a constituem, com o conceito de apropriação. Tratando-se a maneira como os sujeitos incorporam os elementos constituintes da cultura, tendo em vista que a apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidos a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180). A escola, como configuração formal, institui determinada cultura: seus elementos materiais, objetos, espaço, mobiliário são vestígios de um sistema específico de valores, como a ordem, a disciplina; representantes de um discurso constituído de símbolos estéticos, culturais e de certas ideologias. É nesta relação entre material e imaterial que se permite a investigação das características específicas da espacialidade e da temporalidade das instituições escolares.

Mobiliário para o ensino primário: vestígios de uma cultura escolar

Pensar a escolarização primária de Caxias do Sul exige um diálogo entre as concepções teóricas, as investigações já realizadas acerca do tema em caráter nacional e regional, e a consulta às fontes selecionadas para esta pesquisa. É uma tarefa, portanto, que exige aproximações entre o contexto regional, uma colônia de imigração italiana que pautou inicialmente a sua educação em uma tríade baseada na família, no catecismo e na escola³, o contexto nacional, com o processo de constituição da República, e o contexto educacional, com as heranças do Ato Adicional de 1834 e seu efeito de pulverização das responsabilidades

3 A partir de Luchese (2015, p. 105): “A educação das crianças se fazia na participação da família, no exemplo e na execução de responsabilidades, das quais elas, desde cedo, tinham de dar conta (trabalho), no ensinamento/catecismo religioso e, também, na escola – pensada, especialmente, em seu sentido prático e básico – a leitura, a escrita, e as quatro operações”.

com a educação primária⁴, que passava a ser dever de cada Província (SUCUPIRA, 2005).

É importante ressaltar, porém, que o recorte temporal que emergiu nesta pesquisa abrange diversas mudanças políticas e sociais que influenciaram diretamente na maneira como o Estado brasileiro trabalhou a representação da escola e da escolarização no período histórico que compreende os anos de 1890 e 1930. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, permite que se pense na escolarização como um elemento importante para a consolidação de uma representação de país independente cujo território, história e língua passam a ser peças importantes para o processo de *civilização*⁵ do povo (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000). Para Souza (1998, p. 28), essa crença no poder regenerador da sociedade tornou a educação um “projeto civilizador”, que tratava a educação pública como “uma necessidade política e social”. Para Corsetti (2008, p. 59),

[...] a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão [...].

No Rio Grande do Sul, nesse período da Primeira República, o poder administrativo foi liderado por republicanos com ideários positivistas. Nesse sentido, os positivistas que assumiram o poder lançaram mão de três princípios que podem ser considerados as bases da escola como um meio de formar cidadãos constituídos nos ideais políticos, quais se-

4 “A apertada centralização de nossa primeira Constituição produziu a reação política do Ato Adicional de 1834 e a garantia da instrução primária gratuita que ela dava aos brasileiros tornou-se dever das províncias” (SUCUPIRA, 2005, p. 59). Para ilustrar essa descentralização, Sucupira (2005, p. 66) ainda discorre: “Enquanto as províncias, em 1874, aplicavam em instrução pública 20% de suas parcas receitas, o governo central não gastava, com educação, mais de 1% da renda total do Império”.

5 O termo *civilização* é utilizado por Souza (1998, p. 27) como, “Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX”, e Faria Filho (2000, p. 140), “O ideário civilizatório iluminista irradiava-se, a partir da Europa, para boa parte do mundo e, também, para o Brasil. Como componente central desse ideário estava a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias”. É importante, portanto, que se pense o ato de civilizar como uma maneira de controle social, de disseminação da moral, dos bons costumes e das práticas de polidez e de dulcificação.

jam: a educação com foco enciclopédico; a educação fundamentada a partir de proposições concretas; e a ênfase na educação técnica profissionalizante (POSSAMAI, 2009). Esse ideário era fortemente cunhado em um modelo autoritário de poder, centralizador e de propostas de modernização, objetivando um reordenamento da sociedade dentro desta nova perspectiva de regime político (CORSETTI, 2008).

Assume-se no período republicano que a escola passava a adotar o papel de disseminadora dos valores desse novo regime político, imprimindo o discurso de formação do novo cidadão, fundamentado na modernização das ações pedagógicas e na organização escolar dos países centro-europeus e dos Estados Unidos. Para alcançar esse ideário, Gouvea e Schueler (2012, p. 323) apontam que “foram desenvolvidas ações técnicas que incidiram sobre a saúde, através da intervenção de sanitaristas, moradia, disciplinando-se o espaço urbano e educação, esta através do investimento na instrução pública”.

O pensamento positivista, como argumenta Corsetti (2008), colaborou para a formação de uma atuação caracterizada pela intervenção do Estado nas ações educacionais, desenvolvendo políticas que culminaram em uma prática de liberdade de ensino⁶, com desdobramentos em ações específicas como, por exemplo, o controle do Estado em relação ao cotidiano e às práticas escolares por meio de regimentos internos. Como afirma Corsetti (2008, p. 66),

Para a organização educacional rio-grandense, não menos importante foram os regulamentos e regimentos internos das escolas que, pelo conjunto de determinações que encerraram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da própria escola.

Os regimentos internos, como parte do projeto modernizador da educação, passam a funcionar, junto com a fiscalização e os programas curriculares, como uma maneira de controlar o funcionamento dos locais de ensino – servindo como orientação ao funcionamento desses estabelecimentos, os regimentos previam a organização serial das clas-

6 Corsetti (2008, p. 63) afirma: “Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento Federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração”.

ses, as atribuições de cada profissional no contexto escolar, o currículo do programa, as condições materiais da escola (PERES, 2000).

Nesse contexto, também se faz necessário entender que os municípios passam a ser um ator social que desempenha importância na instrução pública, o que permite que se pense na gestão da educação como uma “superposição entre os poderes responsáveis pela oferta de instrução” (GOUVEA; SHUELER, 2012, p. 338), sendo esses poderes relacionados ao tensionamento entre as responsabilidades da Província e dos próprios municípios. Desse modo, os poderes, a fiscalização da educação passa a ser formalizada por meio da figura do inspetor escolar. A proposta de normatização dos inspetores repercutiu não apenas no controle de comportamentos, códigos e condutas, mas também na materialidade do espaço que constitui o cenário escolar. Ao inspetor, em sua figura de controle, também cabia a aferição das solicitações de materiais para as escolas, como demonstrado nas correspondências da professora Luiza Morelli e o inspetor Antonio Moro, em 1891.

Precisa-se que pela Intendencia Municipal d'esta villa, sejam fornecidos a esta aula os seguintes moveis que são necessários ao crescido numero de alumnos que frequentão a dita aula:

Uma escrivaninha com tinteiros. Um Banco e uma Talla de barro para agua.

Aula publica mixta da 7ª Legoa 30 de Junho de 1891.
(CAXIAS DO SUL, 1890 – 1927)

Em relação ao fornecimento dos objetos, faz-se importante no contexto da pesquisa mais uma vez relacionar os poderes de controle à cultura material para tomar as medidas administrativas referentes ao fornecimento e orçamento dos materiais e objetos destinados à instrução elementar; organizava-se a estrutura de maneira que os seus contratos de fornecimento e a sua fiscalização fossem realizados por intermédio da Diretoria da Instrução Pública, reforçando ao papel de controle do Estado no contexto dos objetos e do mobiliário que era utilizado em sala de aula. Porém, cabiam ao município algumas despesas relativas ao ordenado de professores e aquisição de objetos e mobiliários, como é possível identificar neste trecho do Ato nº 11, de 1º de fevereiro de 1898:

Art. 3º Os vencimentos dos professores, bem como o fornecimento de moveis, livros e mais utencilios ne-

cessarios ao ensino, correrão por conta da Intendencia, servindo de base as tabella que com este baixa.[...] (CAXIAS DO SUL, 1898)

Tabela 1 - Tabella dos ordenados dos professores e mais despesas das aulas municipaes de Caxias

		Vêncimentos		Total
		mensal	annual	
3	Aulas	80:000	960:000	2:880:000
	Casa e asseio	8:000	96:000	288:000
18	Classes		12:000	216:000
18	Bancos		3:000	54:000
3	Mesas		6:000	18:000
3	Armários		8:000	24:000
9	Cadeiras		1:000	9:000
3	Baldes		3:000	9:000
	1º e 2º livros, taboadas, papel, tinta, pennas, lousas, canetas		84:000	252:000
				3:750:000

Fonte: Caxias do Sul (RS). Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898.

Como reforça a tabela anexada ao Ato, os materiais que compunham o cenário escolar também eram investimentos municipais: mesmo que assessorando com os elementos básicos, como mobília e objetos para escrita e leitura, é importante que se perceba a maior participação das intendências municipais nos assuntos que tangiam à educação.

Mesmo Caxias do Sul possuindo uma verba pública específica, como fica visível no Ato nº 11 de 1º, era de comum conhecimento pelas autoridades da Província que a situação dos recursos voltados ao ensino público era precária. Como sinalizam Gouvea e Schueler (2012, p. 345), a população de imigrantes, que chegaram ao país com um nível de letra-

7 Actos e decreto intendenciaes e projecto da lei orçamentaria no anno de 1898. "Acto nº 11 de 1º de fevereiro. Considerando que o Conselho Municipal decretou a verba de 3:750\$000 reis para ser applicada na instrucção publica do município". CAXIAS DO SUL. Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

mento maior que o da população nacional, “[...] iria demandar do Estado a ampliação do número de escolas, principalmente nas colônias rurais do sul do país”.

Nesse sentido, a visão de uma educação como responsabilidade do Estado denotava a necessidade de uma orientação que direcionava não apenas os métodos e as concepções educacionais, mas também os elementos materiais. Cabe ressaltar que

o projeto de modernização incorporou, nos anos finais do Império e principalmente no início da República, entre suas ações e edificações de escolas marcadas pela imponência arquitetônica, as quais deram contorno aos desenhos dos projetos de urbanização. Cabe a ressalva de que as escolas monumentais foram construídas, na sua grande maioria, em espaços urbanos e de grande visibilidade na esteira de afirmação de projetos políticos, mas não foram estes os espaços que escolarizaram a parcela mais significativa da população (VIDAL; SILVA, 2011, p. 35).

Ao município, o papel nessa empreitada de uma educação moderna e civilizatória empreendidos pelo governo no processo de expansão do ensino refletiu na demanda de solicitações de aberturas de aulas públicas junto à comunidade, sendo até mesmo noticiadas em jornais, como é possível identificar nesta nota de agradecimento do Jornal O Cosmopolita, de julho de 1903 :

Os abaixo assignados commissionados pelos habitantes da linha Marcolina Moro, vem publicamente manifestar os seus agradecimentos aos senhores Intendente Alfredo de Abreu, João Lucena e Hugo Ronca, pelo feliz exito da campanha que sustentaram, para conseguirem a localização d`uma aula aqui, para educação de nossos filhos. [...]

O povo d`aqui já soube corresponder ao exímio mestre, mandando, no próprio dia da abertura da aula, que foi a 10 de Julho corrente, 38 alumnos.

Agora, nós, para podermos corresponder aos favores dos eminentes patriotas Drs. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, desejamos pedir aos tres primeiros cidadãos acima nomeados, para interessarem-se pela criação de uma mesa eleitoral na linha Marcolina Moro [...]. (JORNAL O COSMOPOLITA, 1903)

O investimento com a instrução pública aparece como uma preocupação em documentos de 1898, sendo visto, por exemplo, no Ato nº 11⁸, que aponta questões como a verba destinada à instrução pública por meio do Conselho Municipal, a insuficiência de aulas em virtude da população do município e abertura de aulas públicas em localidades onde era necessário. Porém, mesmo sendo estabelecidas em Ato, nessas considerações, sobre as responsabilidades do município, em muitos momentos, há um endosso à necessidade de provimentos às aulas, como presente na correspondência da professora Luiza Morelli, em junho de 1891:

Precisa-se que pela Intendencia Municipal d' esta villa sejam fornecidos a esta aula os seguintes moveis que são necessários ao crescido numero de alumnos que frequentão a dita aula:

Uma escrivaninha com tinteiros.

Um banco.

Uma talha de barro para agua.

Aula publica mixta da 7ª legoa. 30 de Junho de 1891.
(CAXIAS DO SUL, 1890 – 1927)

As reivindicações recorrentes nas solicitações dos professores nos possibilitam problematizar que a realidade do cenário escolar à época divergia do discurso operacionalizado pelos documentos públicos, sendo que o previsto nem sempre era realmente realizado em todas as localidades, o que pode ser endossado pelas solicitações de materiais serem os documentos em maior número nas análises desta pesquisa.

O cenário do interior das aulas públicas de Caxias do Sul contrastava com o discurso dos monumentais grupos escolares que se estabeleciam no país no período da Primeira República. As aulas isoladas, resquícios do ensino imperial, continuaram sendo a realidade do ensino primário no município; com uma única sala, ministradas por um único professor, falar do mobiliário dessas escolas também é pensar em uma narrativa própria das representações e apropriações acerca da escolaridade.

Para Souza (1998), materiais e mobiliário revelam hábitos, padrões e costumes sociais que se pretendia disseminar nos sujeitos. A ordem e a organização do espaço, dessa maneira, podem ser instituídas pela localização, forma e constituição do mobiliário ali presentes. Mas e como se configurava a organização espacial das aulas do município?

8 CAXIAS DO SUL. Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

Luchese (2015, p. 335), ao argumentar sobre os mobiliários do interior das escolas em Caxias do Sul, indica que

Em seu interior, havia um estrado na parte frontal da sala, sobre o qual ficava o quadro-negro e, às vezes, também a mesa do professor, além de uma cadeira com braços. Vinham depois as classes (bancos/mesas) de madeira, enfileirados. Na entrada, ficava um cabide, um barril de água e uma caneca esmaltada. Quase todas as aulas públicas possuíam, também, um armário.

Os vestígios desses materiais, encontrados nas fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, permitem reforçar esse cenário descrito anteriormente, com seus espaços sendo constituídos por um conjunto de elementos, sejam simples ou complexos. Nesses documentos pouco se fala sobre as características desses objetos, havendo poucas referências descritivas de sua forma ou constituição. Alguns detalhes vinham acrescidos para que se possa pensar em sua composição formal, como é o caso das cadeiras com braços e do armário de cedro com vidro envernizado; outras aparecem de uma maneira tão genérica que convida o pesquisador a pensar que havia uma espécie de formalidade instituída no que diz respeito à construção desses móveis – medidas, materiais, acabamentos. Em um único documento de 1895, identificado no acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami, há menção de características físicas mais específicas do mobiliário⁹: armário de cedro com vidro envernizado, mesa de cedro envernizada.

Para Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012, p. 150), ao considerar os objetos escolares como ponto de análise, é importante que se pondere que eles são uma construção social, e que

[...] o desafio é não atribuir finalidade ao objeto, como se ele pudesse falar por si próprio, mas realçar a necessidade de recompor partes dos cenários e identificar formas e forças, formas de uso, forças que impõem, disponibilizam ou não um objeto ou um grupo deles para determinado grupo ou lugar, articulando-os, sempre que possível, com a indústria que os sustenta, seja pela comercialização das ideias, seja pela comercialização mesmo dos produtos.

⁹ Este documento é um orçamento de fornecimento de material entregue à Intendência por Julio João Montanari, em 1895, onde consta, entre outros objetos, os descritos no texto.

Essa articulação, que estabelece também uma relação de poderes, permite que se construa uma abordagem a respeito da apropriação dos usos desses elementos no contexto escolar do município. O Quadro 1 apresenta os itens de mobiliário identificados nos documentos, organizando-os em uma classe que se refere ao seu uso, e a descrição com que ele era indicado nas correspondências.

Quadro 1 – Mobiliário presente nas salas de aula

Uso	Descrição
Armário	Armário
	Armário de cedro com vidro envernizado
	Armário para livros
Banco	Banco
	Banco para escrivaninha
	Banco para meninos
	Banquinho para assento
	Banco para talha
Cabide	Cabide
	Cabide para chapéus
Cadeira	Cadeira
	Cadeira simples
	Cadeira de braço
	Cadeira de braço para o professor
Carteira	Carteira
Cavalete	Cavalete
Classe	Classe
Escrivaninha	Escrivaninha
	Escrivaninha com tinteiro
	Escrivaninha com tinteiro de chumbo
Estrado	Estrado
	Estrado para mesa
Mesa	Mesa
	Mesa para professor(a)
	Mesa de cedro envernizada

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O mobiliário que aparece nas solicitações e nos inventários configura-se nos elementos básicos para a organização das salas de aula: os móveis

para o professor e os móveis para os alunos, além de também aparecer nessa lista alguns elementos que funcionam para a organização do ambiente e encontram-se datados, como o caso dos cabides, que serviam, como a sua própria descrição permite estabelecer, para acomodar os chapéus.

Antes de pensarmos na configuração desses objetos, é necessário que se pense nesse espaço escolar, em sua maioria prédios de madeira alugados ou erguidos pelos próprios colonos, e, em muitas vezes, em salas emprestadas ou alugadas¹⁰, que circundavam e, de certa maneira, também limitavam os elementos móveis de seu interior. Como, então, pensar na organização da disposição dos móveis em ambientes que não seguiam nenhum tipo de padronização?

As más condições desses espaços foram, muitas vezes, motivos de reclamações por parte de professores, sendo que, em muitos casos, o município e o Estado não disponibilizavam local adequado para o ensino, ficando a cargo dos professores os custos com o espaço escolar, como identificado no excerto retirado do Jornal O Popular (1929):

Pois bem, até hoje a searas destinadas às aulas públicas só percebem as quantias marcadas em lei de cerca meio século atrás, para aluguel, água e vassoura. Como uma sala para escola em meios populosos precisa de espaço, ar, luz e dependências exteriores, resulta que um professor público fica obrigado a custear o acréscimo dessa despesa com seus exíguos vencimentos. Se, em todos os sentidos vêm melhorando as condições da instrução pública estadual, é extranhável que este pequeno detalhe tenha permanecido estacionário, apesar de ir se tornando intolerável.

Percebe-se no trecho acima o envolvimento dos professores em melhorias da materialidade das aulas públicas quando não havia a intervenção custeada pelo município nem pelo Estado, e em como as dificuldades vivenciadas no cotidiano destes sujeitos eram adversas ao ideal positivista.

¹⁰ Esta pesquisa não se deterá nos aspectos arquitetônicos das casas-escolas de Caxias do Sul; para colaborar com a construção desse cenário que se relaciona com os aspectos móveis (mobiliário e demais objetos do interior dessas salas de aula), esta pesquisa se ancorou nas pesquisas já realizadas por Luchese (2015).

Em outros casos, a própria população fazia o reclame desses ambientes, como exemplificado no trecho do Jornal Correio do Município (1914).

Escola publica – Fomos informados que a aula publica regida pela professora Ilda Verkhaner Kretz, sita no Lageado, 1º districto deste municipio, está funcionando em um galpão de taboas, sem luz e ar, e que servia de gallinheiro. Diz mais o nosso informante que o referido galpão está em ruinas. Chamamos a atenção do sr. Presidente do conselho escolar para esse inqualificavel abuso.

Neste caso, a comunidade se torna um sujeito ativo das relações de poder que se constituem na esfera da instrução pública do município, intercedendo em prol de melhores condições das aulas públicas, reivindicando uma materialidade mínima para a escolarização de suas crianças.

Além da problematização sobre como padronizar esses espaços, esses trechos também incutem outros questionamentos: como pensar na organização interna desses lugares que muitas vezes eram inadequados à atividade? Como os mobiliários solicitados, e também os que aparecem nas relações de materiais existentes, eram organizados nesses espaços? Quais eram as orientações dadas aos professores para a organização e disposição dos móveis?

Para Luchese (2015, p. 342), havia diferenças significativas no espaço e na materialidade existente nas escolas isoladas, nas escolas elementares e nos grupos escolares, sendo que “a presença de ambientes educativos, como: biblioteca, secretaria, sala de direção, museus, turmas seriadas, existiu tão somente em colégios elementares e em alguns grupos escolares”. Isso fica visível pelos exemplos de mobiliários solicitados: a tentativa de organizar alguns materiais, como, por exemplo, com o uso dos armários para os livros, permite que se pense na adaptação necessária para tornar esses espaços aptos à pedagogia moderna. Percebe-se, portanto, que é possível tecer uma narrativa que coloque em foco a compreensão da escolarização e das práticas escolares utilizando o mobiliário como cerne de problematização: os professores, muitas vezes em situações de precária materialidade dos ambientes escolares, utilizavam para o ensino escolar o que estava ao seu alcance, o que era fornecido também por um poder público que enfrentava dificuldades

orçamentárias para disponibilizar materiais e provimentos para as aulas (FORMOLO; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

A empiria nos permite identificar diferentes tipos de móveis: os destinados ao uso dos professores e o destinado ao uso dos alunos. Cadeiras passam a se tornar representações de relações de poder no momento em que são utilizadas como objetos distintivos nas aulas; as cadeiras de braços, no contexto escolar, tornam-se elementos que diferenciam a figura do professor. Em geral, as solicitações de cadeiras de braços aparecem em quantidades significativamente menores que as cadeiras simples ou os bancos, colaborando para reforçar o destino de seu uso. Para Silva e Castro (2012, p. 170), “bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo [...]”.

Essa mesma distinção acontece com as mesas que são direcionadas ao uso dos professores: sempre em menores quantidades, distinguem-se das carteiras, classes e escrivaninhas, estas destinadas ao uso dos alunos. Na relação de objetos existentes na aula da “6ª Légoa da Villa de Caxias”¹¹, em 1892, o professor Miguel Affonso Soares Dutra lista os seguintes objetos e suas respectivas quantidades: seis escrivaninhas; seis bancos; uma mesa; um estrado; três cadeiras. Essa relação nos permite pensar que as escrivaninhas e os bancos eram de uso dos alunos, enquanto a mesa e a cadeira eram de uso do professor. A solicitação de três cadeiras pode ser explicada por meio da análise de Luchese (2015), que traz a possibilidade das demais cadeiras serem um indício do mobiliário utilizado para o professor “tomar a lição” individualmente dos alunos, que passam do banco, seu espaço comum do cotidiano, para uma cadeira ao lado da mesa do professor.

Outra questão levanta-se com a relação acima mencionada: a quantidade de mesas e bancos inventariados nos permite pensar que esses mobiliários não eram de uso individual – essas escrivaninhas e seus respectivos bancos eram fabricados de modo que diversos alunos pudessem utilizá-las, referência essa que fica evidente por meio de pesquisas já realizadas a respeito das carteiras escolares. As quantidades de materiais também podem ser observadas no Ato n. 11, que apresenta a tabela das despesas, incluindo a aquisição de 18 classes,

11 CAXIAS DO SUL. Fundos Arquivos da Prefeitura Municipal. Subfundos Patrimônio. Relação de material escolar. 1890-1927 Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1890-1927.

18 bancos, três mesas, três armários e nove cadeiras, sendo esses materiais destinados às três aulas públicas que funcionavam, corroborando para as quantidades apresentadas pelo professor Miguel Affonso Soares Dutra.

Além de conformar as crianças perante o ideário positivista de disciplina, moral e higiene, os móveis solicitados também nos permitem pensar na figura do professor como central a partir do uso dos estrados nas salas de aula. Os estrados, por exemplo, possibilitavam ao professor uma posição privilegiada: “ordenados em fileira, de frente para o professor que, sobre o estrado, controlava e transmitia conhecimentos, punia atitudes consideradas inconvenientes, os alunos eram formados para saber ler, escrever e calcular” (LUCHESE, 2015, p. 338). A existência desses elementos em sala de aula permite identificar certas condutas que podem ser mapeadas pelos vestígios dessa cultura material, permitindo que se pense em uma recorrência de padrões.

A cultura se constitui numa espécie de agregado coerente de condutas, normas e valores, que dava coesão à vida social, tanto no plano coletivo como no das subjetividades. Isso era particularmente visível na ordem das estruturas, se se examinava do ponto de vista comunitário; e dos hábitos, se se analisava os comportamentos dos indivíduos. Estruturas e hábitos garantiram, desse modo, a réplica e a previsibilidade dos padrões configuradores de toda cultura (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 110).

Para pensar nesse espaço que se desvela a partir dos elementos que ali eram colocados e relacioná-lo com padrões e condutas é importante que aqui se fale não apenas da mobília, mas também de outros objetos que participaram na organização e composição do ambiente escolar: a existência dos materiais que permitiam a organização do cotidiano também se faz representada nos documentos que compõem a empiria desta pesquisa. São livros de matrícula e de escrituração das aulas; livro expediente e livro para marcar o grau da instrução dos alunos; livros de atas e visitas; talha para água, barril e caneca; espanador para a limpeza; campainhas para determinarem os tempos escolares; ornamentos como as tabuletas com as Armas da República e com o emblema nacional; regimentos internos: todos esses objetos que compartilhavam o espaço com os móveis, constituíram o espaço escolar,

marcavam uma ordem específica para o contexto das aulas públicas. Para Luchese (2015, p. 341),

O espaço da sala de aula permite pensar sobre a rotina, o cotidiano escolar, sobre as relações de poder estabelecidas, os conhecimentos e os valores embutidos na disposição da mobília, dos retratos, dos quadros, das bandeiras. Eram elementos simbólicos que educavam e dos quais os sujeitos se apropriavam, fazendo uso deles.

Os materiais que se fazem presentes em diferentes locais nesse mesmo período permitem que se discuta também sobre elementos que compõem a cultura política da escola, que, sob a perspectiva de Escolano Benito (2017, p. 122), “expressa, sem dúvida, uma determinada modalidade de cultura: a da escola como organização institucional”, materializada por meio das escolhas dos materiais didáticos utilizados para a instrução pública.

Nesse contexto, no período que relaciona os anos iniciais da Primeira República com o sistema de ensino em fase de estruturação no município de Caxias do Sul, percebe-se a necessidade do ambiente escolar, seja ele uma iniciativa da comunidade, seja por intermédio da intendência, como um elemento no processo de aculturação dos imigrantes.

Nessas práticas e espaços que se configuram a partir do ordenamento político e social da época, há uma maneira de fortalecer a representação de patriotismo, de civismo; são esses elementos, de cunho simbólico, que possibilitavam uma troca – ao mesmo tempo em que educavam os sujeitos, também eram passivos de apropriação por meio da forma como esses sujeitos faziam uso deles (LUCHESE, 2015). É essa interação que permite que se assume a materialidade como um elemento dinâmico na cultura escolar.

Esses materiais servem como vestígios do cotidiano escolar, permitem construir uma narrativa de extremos a respeito da escolarização, da adaptação do ideal pedagógico e do modelo de ensino dos grupos escolares à realidade das aulas públicas e de como os hábitos e costumes sociais que deveriam ser instituídos e disseminados eram representados por meio dos objetos materiais a que essas escolas tinham acesso. Faz-se necessário refletir sobre como as representações de ordem, higiene e civilidade eram trabalhadas a partir do que se possibilitava aos professores e alunos do município.

Considerações finais

A modernização pedagógica prevista com os modelos de colégios elementares necessitou de adaptações dentro do contexto das aulas públicas, impactando nas práticas de ensino e na materialidade desses locais, seja por meio do mobiliário que organizava as salas, seja por meio dos livros e cartilhas adotados pelos professores, seja pelo uso de materiais pedagógicos – a configuração desses locais demandou ajustes na política educacional, repercutindo na cultura escolar resultado desses processos.

Além dos materiais utilizados para a escrita, os móveis escolares também instituíam ordem, organização e disciplina no ambiente escolar. Carteiras, mesas, bancos, estrados e armários eram dispostos a fim de caracterizar o tipo de ambiente e distinguir os espaços de cada sujeito. Havia móveis para professores e para alunos; a lógica centralizadora definia a figura do professor como alvo da atenção dos alunos que, enfileirados, dividiam suas carteiras com outros alunos, observando o professor em uma posição mais alta em função do uso do estrado. A fim de conformar corpos e doutrinar mentes, o mobiliário da sala de aula tinha a função de impor a organização do espaço, funcionando como dispositivos facilitadores do controle dos alunos por parte dos professores. Há, portanto, tanto organização do ambiente como a instituição de condutas escolares relacionadas com os usos desses móveis escolares.

Os vestígios de uma cultura material presentes nas escolas de Caxias do Sul se fazem constituintes da historicidade desse município, para construir uma narrativa acerca da escolarização e das relações que se estabeleceram entre o contexto político, social, cultural e educacional da região. Como afirmam Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012, p. 150), construir essas relações é “realçar a necessidade de recompor partes dos cenários, identificar formas e forças, formas de usos, forças que impõem, disponibilizam ou não um objeto ou um grupo deles para um determinado grupo ou lugar”. Articular essas relações é tecer possibilidades de compreender a materialidade representada pelos espaços e pelos objetos como parte da constituição da identidade da escola primária de Caxias do Sul.

As solicitações e correspondências trocadas entre inspetor e professor também fornecem pistas de como os docentes eram reconhecidos perante a comunidade. A representação de autoridade construída

em torno desses sujeitos pode ser reiterada a partir do endosso da comunidade ao fortalecer os pedidos por melhorias na instrução pública e até mesmo pela imprensa local ao possibilitar que professores se manifestassem em prol de condições mais favoráveis.

É possível sustentar que as aulas públicas de Caxias do Sul careciam, muitas vezes, de materiais essenciais para se legitimar a pedagogia moderna prescrita pelos positivistas. Os inventários dos materiais presentes nas aulas públicas permitem que se fale em certa estrutura para o ensino: havia mobiliário, presença de material didático e objetos para escrita. O que se percebe, em contrapartida, é a sua precariedade. As quantidades desses objetos muitas vezes não se faziam suficientes perante a quantidade de alunos que frequentavam as aulas, perceptível pela recorrência em solicitações.

Referências

BURKE, P. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAXIAS DO SUL (RS). **Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898**. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

CAXIAS DO SUL (RS). Fundos Arquivos da Prefeitura Municipal. Subfundos Patrimônio. **Relação de material escolar 1890-1927** Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1890-1927.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CORSETTI, B. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 55- 69, julho/dezembro 2008.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. La cultura material de la escuela. In: ESCOLANO BENITO, A. **La cultura material de la escuela**. En el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007. Soria, ES: Berlanga de Duero, 2007.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FORMOLO, M. V. D. V.; HERÉDIA, V. B. M.; RAMOS, F. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

GOUVEA, M. C. S.; SCHUELER, A. F. M. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, J. C. S. SOUZA, R. F.; PINTO, R. M. N. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

JORNAL CORREIO DO MUNICÍPIO, [S. I.], ano XII, n. 330, 6 jul. 1914.

JORNAL O COSMOPOLITA, [S. I.], ano II, n. 56, 30 ago. 1903.

JORNAL O POPULAR, [S. I.], ano I, n. 25, 23 maio 1929.

LUCHESI, T. A. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PERES, E. T. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha – 1909-1959**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

POSSAMAI, Z. R. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do Século XX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 29 p. 143-169, set./dez 2009.

SILVA, Vera. Lúcia Gaspar da.; MENDES DE JESUS, C.; FERBER, L. P. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: SILVA, V. L. G. da ; PETRY, M. G. **Objetos da escola**: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, Vera. Lúcia Gaspar da.; CASTRO, R. X. S. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, V. L. G da ; PETRY, M. G. **Objetos da escola**: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SOUZA, R. F. **Tempos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SUCUPIRA, N. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, O. **A educação nas Constituintes Brasileiras – 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G.; SILVA, V. L. G. da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, C. A. **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

Recebido em: julho/2020

Aceito em: setembro/2020